

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**LAUDO TÉCNICO nº 19/2015**

**PAAF nº 0024.15.000771-4**  
**Inquérito Civil nº 0045.15.000006-0**

**1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Em atendimento à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caeté, foi realizada, no dia 27 de abril de 2015, vistoria técnica na Cerâmica João Pinheiro, bem tombado em nível municipal, pelas analistas do Ministério Público, a historiadora Neise Mendes Duarte e a arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais.

A vistoria foi acompanhada pelo Prof. Flávio de Lemos Carsalade, da Escola de Arquitetura da UFMG, o sr. Alexandre Oliveira, membro do Conselho Municipal de Turismo, o sr. Melquezedeuque Camargo Filho, membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e a sra. Ilda Margareth Jordão, diretora do Departamento Municipal de Patrimônio Cultural.

Este laudo técnico tem como objetivo analisar o estado de conservação das estruturas remanescentes da Cerâmica João Pinheiro e indicar medidas necessárias para sua preservação.



Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Caeté. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova\\_Lima](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Lima). Acesso 29-04-2015.

**2 - METODOLOGIA**

Para elaboração deste laudo foi utilizado o seguinte procedimento técnico:

- Pesquisa junto à diretoria de Promoção do IEPHA, onde foi possível consultar o Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e os laudos de estado de conservação do bem cultural.
- Inspeção “in loco” nas estruturas remanescentes da Cerâmica João Pinheiro, com registro fotográfico.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Documentação constante do PAAF nº 0024.15.000771-4 e do IC nº 0045.15.000006-0.

### 3- DESCRIÇÃO HISTÓRICA

#### 3.1 - Breve histórico de Caeté<sup>1</sup>:

Caeté, em tupi-guarani, significa "Mata Densa" ou "Mata Virgem". A história deste município teve início no ciclo do ouro, quando os bandeirantes peregrinavam pelas Minas Gerais do século XVII, em busca de ouro, prata e pedras preciosas. Em Caeté, a primeira das "entradas" é atribuída a Lourenço Castanho Taques, por volta de 1662.

Em 1701, o sargento-mor Leonardo Nardez Sisão descobria as primeiras minas de ouro em regiões densas de mata virgem, originando o nome da cidade.

No contexto histórico, um dos fatos mais marcantes do município é a Guerra dos Emboabas. Por volta de 1708, Caeté se tornou o berço do conflito, que teria lançado as bases para formação histórica de Minas Gerais. As origens do movimento, de caráter basicamente econômico, partiram de um incidente entre bandeirantes e moradores locais pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro. O conflito contrapôs, de um lado, o grupo formado pelos bandeirantes paulistas, que haviam descoberto a região das minas e que por esta razão reclamavam a exclusividade de explorá-las; e de outro lado um grupo heterogêneo composto de portugueses e imigrantes das demais partes do Brasil, sobretudo da Bahia, liderados por Manuel Nunes Viana – pejorativamente apelidados de “emboabas” pelos paulistas –, todos atraídos à região pela corrida do ouro.

No ano de 1709, a Coroa Portuguesa determinou a separação territorial da capitania de Minas Gerais, que até então era ligada a de São Paulo.

Em 26 de Janeiro de 1714, o governador Dom Braz Balthazar da Silveira decretou a elevação do povoado a categoria de vila, com a denominação de Vila Nova da Rainha, tornando-se o quinto município do estado.

Carta-régia do rei de Portugal a D. Lourenço de Almeida, em 16 de fevereiro de 1724, criou as primeiras paróquias de Minas Gerais, em número de 20, sendo que a Quarta foi a de Vila Nova da Rainha de Caeté.

A decadência do ouro repercutiu fortemente em Caeté, que teve a categoria de vila suprimida em 1833, mas, em 23 de março de 1840, a lei mineira número 171, restaurou a Vila de Caeté que, no mesmo ano, desmembrou-se de Sabará. Em 25 de novembro de 1865, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Caeté<sup>2</sup>.

Características urbanas e arquitetônicas da ocupação setecentista ainda estão presentes em Caeté. Além de belos exemplares típicos da arquitetura colonial, pode-se conhecer, a pequena distância da cidade, a serra da Piedade (1.783m de altitude), com seu santuário de Nossa Senhora da Piedade, tradicional ponto de romaria. Ao lado do Santuário está o Observatório Astronômico da UFMG. Da serra, tem-se vista de várias cidades da região.

A cidade de Caeté possui os seguintes distritos<sup>3</sup>:

<sup>1</sup> Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro, 2008, pesquisado junto ao IEPHA.

<sup>2</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada. 1995.

<sup>3</sup> <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=311000&search=minas-gerais|caete|infograficos:-historico>. Acesso 29-04-2015.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

- Antônio dos Santos.
- Morro Vermelho.
- Penedia.
- Roças Novas.



Figura 02- – Igreja Matriz de Caeté, protegida por tombamento federal (IPHAN). Disponível em: <http://www.caete.mg.gov.br/> . Acesso em: ago.2011



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

<p>Figura 03 – Imagem antiga da cidade de Caeté. Disponível em: <a href="http://www.caete.mg.gov.br/">http://www.caete.mg.gov.br/</a>. Acesso: ago.2011</p>	<p>Figura 04 – Mapa do Município de Caeté. Disponível em: <a href="http://www.estacoesferroviarias.com.br/">http://www.estacoesferroviarias.com.br/</a>&gt;. Acesso:ago. 2011</p>
---	---

**3.2- Breve histórico da Cerâmica João Pinheiro<sup>4</sup>:**

Com a presença de uma certa tradição na produção cerâmica, além de contar com matéria-prima de qualidade na região e uma crescente demanda de mercado, no ano de 1893, João Pinheiro da Silva, acompanhado dos professores da Escola de Minas de Ouro Preto, Carlos Tomaz de Magalhães Gomes e Saturnino de Oliveira, fundaram a Cerâmica Nacional em Caeté, que só começou a funcionar efetivamente no ano seguinte.



Figura 05- Fotografia da inauguração da Cerâmica João Pinheiro em 1894. Fonte: Dossiê de Tombamento do bem cultural.

A Cerâmica Nacional foi a primeira indústria do município e, tendo sido implantada, em fins do século XIX, num contexto de estagnação econômica, trouxe uma nova alternativa de trabalho para a população. Sua produção foi mantida por cerca de um século.

<sup>4</sup> Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro, Temporis Arquitetura, Exercício 2009 do ICMS Cultural, pesquisado junto ao IEPHA.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

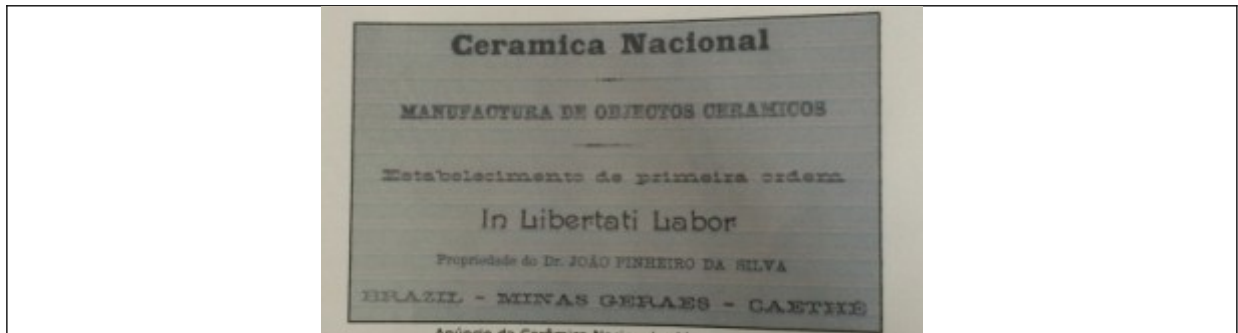


Figura 06- Anúncio da Cerâmica João Pinheiro. Fonte: Dossiê de Tombamento do bem cultural.

Os produtos da Cerâmica João Pinheiro destacaram-se no mercado pela qualidade, tanto da matéria-prima advinda das jazidas de argila e caolim da região, quanto pelo processo de fabricação e formas de cozimento utilizadas.



Figura 07- Vista geral da Cerâmica João Pinheiro em 1908. Fonte: Dossiê de Tombamento do bem cultural.

O aumento da capacidade produtiva se deu com a ampliação da captação do combustível para os fornos que, em fins do século XIX e até meados do século XX, eram alimentados pelo carvão vegetal. Por cinquenta anos, a empresa cortou lenha de regiões vizinhas, como na floresta de Mata Atlântica que existia ao redor do Solar do Tinoco, imóvel da primeira metade do século XIX, que pertencera a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, o Barão de Cocais, e mais tarde foi adquirido por João Pinheiro.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 08- Solar do Tinoco. Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro.

Para movimentar certas máquinas e equipamentos existentes na Cerâmica, como prensas e misturadores de argila, foi indicada a utilização da força hidráulica da Cachoeira do Tinoco, que se localiza nas proximidades da fábrica. Porém, sabe-se que também foram utilizadas as águas do Córrego Caeté, onde foi construída uma barragem, cujos vestígios teriam sido recentemente destruídos.

Nos primeiros anos, a Cerâmica Nacional produziu tijolos de construção e louças grosseiras, do dia-a-dia. Posteriormente, a produção foi diversificada com a fabricação de porcelana, a partir do caolim, estatuetas, vasos decorativos, manilha, ornamentos diversos para edificações, bustos, filtros, ladrilhos cerâmicos e paralelepípedos. Muitas ruas e praças de Belo Horizonte, a nova capital que estava em construção, foram pavimentadas com a utilização de produtos da Cerâmica Nacional.

Em 1905, João Pinheiro passou a aproveitar a estação de trens de Caeté, com a ampliação do ramal ferroviário da cidade que passaria por sua empresa até Sabará.

A administração da Cerâmica por João Pinheiro se deu no período de 1893 a 1906. Foi neste período que ocorreu a construção dos fornos quadrados e sua chaminé e dos fornos redondos e suas chaminés.

A partir de 1906, quando João Pinheiro foi empossado Presidente do Estado de Minas Gerais, a administração da empresa foi assumida por seu filho Paulo Pinheiro da Silva. Foi nessa gestão que teve início a produção de tijolos refratários, que serviam para revestimentos de fornalhas das locomotivas da Estrada de Ferro Central do Brasil e para os variados fornos siderúrgicos.

Em 1908, a empresa participou como representante do Estado de Minas Gerais da Exposição Nacional que ocorreu no Rio de Janeiro.

Paulo Pinheiro da Silva ficou à frente da empresa de 1906 a 1921, quando seu filho Israel Pinheiro, assumiu a administração dos negócios e, em 1923, alterou a denominação de Cerâmica Nacional para Companhia Cerâmica João Pinheiro, em homenagem ao seu avô e fundador da empresa.

Israel Pinheiro da Silva havia estudado técnicas de produção de cerâmica na Europa, objetivando aprimorá-las no Brasil. No ano de 1925, a fábrica era dividida em quatro seções: materiais refratários, material sanitário, material de construção e materiais diversos- Kaolin – tijolos de arear, etc.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Ainda na década de 1920, Israel Pinheiro enviou alguns técnicos ceramistas para Belfort Roxo, na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de iniciar as atividades de uma pequena fábrica de tijolos comuns e refratários naquela cidade. A sucursal chegou a ser aberta, mas não prosperou, devido à escassez de recursos financeiros. A falta de capital fez com que Israel Pinheiro buscasse alternativas para não fechar a companhia, como a fabricação de doces no andar térreo do Solar do Tinoco e o plantio de batatas em terrenos próximos.

Israel Pinheiro adquiriu a Fazenda Ouro Fino, no caminho para a Serra da Piedade e, em 1937, construiu uma estrada para transporte do carvão que abastecia tanto os fornos da Companhia João Pinheiro quanto os da Usina Gorceix, fundada na cidade em 1926.

Segundo relatos orais, na década de 1950, a fabricação de louças ordinárias, telhas e manilhas foi cedendo espaço para os refratários.

Apesar do endividamento, a Cerâmica ainda tinha um forte mercado comprador, constituído por grandes empresas, como Usiminas, Ferro Brasileiro, Vale do Rio Doce e algumas siderúrgicas de Itaúna, Pará de Minas e Divinópolis.

Nesta época, a Cerâmica João Pinheiro contava com 120 trabalhadores, incluindo mulheres e crianças.



Figura 09- Cerâmica João Pinheiro. Fonte: Dossiê de Tombamento do bem cultural.

Em meados da década de 1950, enquanto outras empresas do mesmo ramo já haviam se modernizado, substituindo o carvão vegetal pela energia elétrica ou pelo diesel, a Cerâmica ainda mantinha técnicas que vinham do tempo de sua fundação. Esta estagnação tecnológica foi um dos fatores responsáveis pela sua decadência.

Além disso, Israel Pinheiro estava cada vez mais envolvido no universo da política. Quando participou da construção de Brasília, entre os anos de 1956 e 1960, nomeou para a administração da Companhia Cerâmica, Demerval José Pimenta e Raul Bernardo Nelson de Senna.

### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

Em 1961, quando deixou o cargo de Prefeito da recém inaugurada Brasília, Israel Pinheiro retornou a Caeté e retomou o controle da Companhia Cerâmica, porém a situação da empresa já estava bastante complicada em termos financeiros.

Na tentativa de sanar os problemas da empresa, Israel Pinheiro recorreu a novos empréstimos bancários e contratou uma firma para elaboração de um projeto de modernização para a companhia.

Com a morte de Israel Pinheiro em 1973, a Cerâmica entrou numa derrocada irreversível. O herdeiro Israel Pinheiro Filho tentou reerguer a empresa, mas não logrou êxito.

Posteriormente, houve a tentativa da METAMIG (Metais Minas Gerais) em assumir a dívida da empresa em troca das ações e com o pagamento dos atrasados dos funcionários. Em agosto de 1982, todos os que permaneciam na empresa foram dispensados e a Cerâmica João Pinheiro encerrou suas atividades.

Em 1989, o empresário José Capelo Neto, juntamente com seu sócio Hélio Durval de Oliveira adquiriram a extinta empresa, que estava desativada há sete anos, mantendo o nome fantasia de Refratários João Pinheiro. A fábrica voltou a fabricar tijolos e filtros de barro, com apenas dois funcionários. O fechamento definitivo ocorreu dois anos depois.

Posteriormente, o espaço da extinta fábrica foi cedido, por meio do Projeto Mãos na Massa da Fundação Israel Pinheiro, para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

Em 2005, em função de dívidas com impostos atrasados, José Capelo Neto passou a propriedade da Cerâmica para o município, como forma de pagamento destas taxas.

Em 2008, por meio do Decreto nº 052/2008, a Cerâmica João Pinheiro foi tombada pelo município de Caeté, por seu valor cultural, histórico e arquitetônico.

#### **4- ANÁLISE TÉCNICA**

O conjunto industrial da Cerâmica João Pinheiro, está localizado na Avenida João Pinheiro, nº 20, na área central do município de Caeté. Na parte frontal do conjunto, existe uma praça arborizada, com presença de alguns brinquedos para crianças. Na esquina formada pelo cruzamento da Avenida João Pinheiro com a Rua Agostinho Nunes de Melo está localizado o Solar do Tinoco, atual Museu Casa João Pinheiro



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 10- Vista aérea do Conjunto da Cerâmica João Pinheiro.

No ano de 2006, a Prefeitura Municipal de Caeté procedeu ao tombamento provisório da Cerâmica João Pinheiro, tendo sido elaborado Dossiê de Tombamento, cuja documentação foi apresentada ao IEPHA para receber a pontuação referente ao ICMS Cultural nos exercícios 2008 e 2009, quando foi aprovado. O tombamento definitivo se deu através do Decreto Municipal nº 52 de 31 de março de 2008.

Dentre as estruturas do antigo conjunto industrial da Cerâmica João Pinheiro, foram destacadas 10 edificações. Nas imagens abaixo, demonstraremos através de fotografias comparativas, o estado de conservação das edificações na época do tombamento e nos dias atuais.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

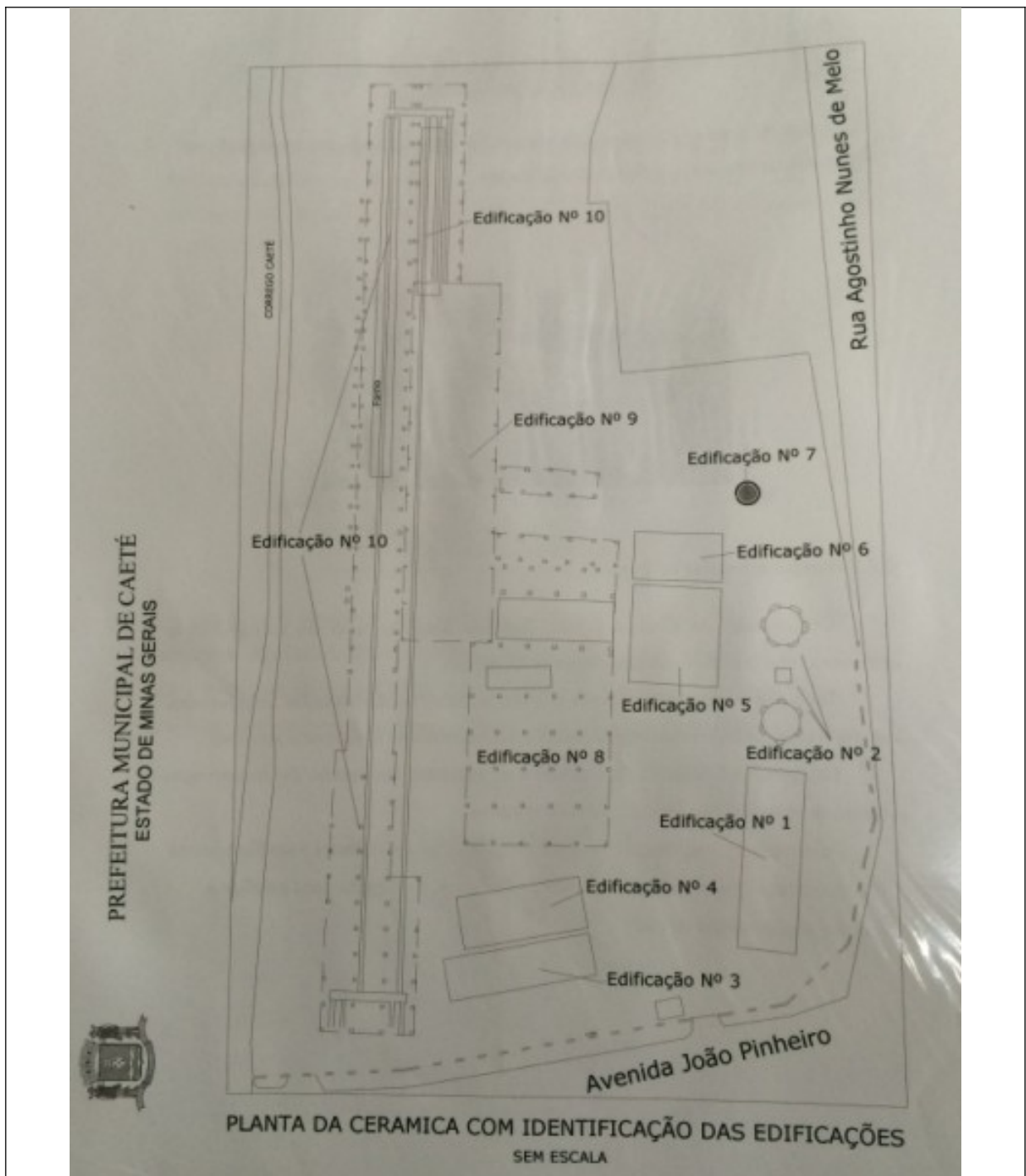


Figura 11- Planta da Cerâmica São Pinheiro com a localização das edificações tombadas. Fonte: Dossiê de tombamento do bem cultural.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**1) Edificação nº 1- antiga Carpintaria/ Oficina mecânica.**



Figuras 12 e 13- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**2) Edificação nº 2- Fornos para louças**



Figuras 14 e 15 - Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**3) Edificação nº 3- Antigo escritório**



Figuras 16 e 17- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**4) Edificação nº 4- Antigo escritório**



Figuras 18 e 19- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**5) Edificação nº 5- Antigo escritório/ Laboratórios**

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 20 e 21- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**6) Edificação nº 6- Antigo escritório**



Figura 22- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro.

**7) Edificação nº 7- Chaminé**



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

Figuras 23 e 24- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**8) Edificação nº 8- Galpões com fornos para tijolos refratários comuns**



Figuras 25 e 26- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

**9) Edificação nº 9- Galpão**



Figura 27- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro.

**10) Edificação nº 10- Galpão**

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 28 e 29- Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro e foto da vistoria.

Ressalta-se que a parte interna da edificação nº 10 é muito interessante para compreensão da dinâmica de produção na Cerâmica. Os fornos de produção dos tijolos e os trilhos que percorrem toda a extensão da edificação podem ser claramente identificados.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 30 a 33 - Fotos internas da edificação nº 10. Fotos da vistoria.

No dia 27 de abril de 2015, foi realizada vistoria no terreno onde estão implantadas as diversas edificações e estruturas integrantes da extinta Cerâmica João Pinheiro.

Verificou-se que as edificações possuem características arquitetônicas diversas, entretanto guardando algumas semelhanças entre si, predominando o partido retangular, desenvolvendo-se em pavimento único, com pé direito generoso e presença de grandes vãos.

A maior parte das edificações utiliza como sistema construtivo alvenarias em tijolos cerâmicos maciços, cobertura com engradamento em madeira e vedações em telhas francesas<sup>5</sup>, e esquadrias metálicas com vidro. Encontramos trechos com acréscimos em tijolos cerâmicos furados, estrutura metálica e vedações em telhas metálicas que são adaptações e intervenções contemporâneas.

Os fornos têm partido circular com porta e seis aberturas laterais, com vergas em arcos plenos, estruturadas em tijolos. Também são em alvenaria estrutural de tijolos maciços, reforçados por amarração em ferro fundido, com cúpulas de tijolo construídas sem o auxílio de formas.

As chaminés, com planta quadrada e redonda, também são em alvenaria estrutural de tijolos maciços, reforçados por amarração em ferro fundido. A chaminé circular, a maior do conjunto, possui embasamento em pedra, com aproximadamente 4 metros de altura.

Verificou-se que houve grande avanço no estado de degradação das edificações em relação à época do tombamento. O local encontra-se em estado de abandono, muitas das

<sup>5</sup> Foi identificado no local que muitas das telhas que cobrem as edificações são fabricadas na Cerâmica João Pinheiro, conforme inscrição existente no material.



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

edificações apresentam-se em mau estado de conservação, com trechos em processo de arruinamento. Um dos galpões é utilizado como depósito de pneus<sup>6</sup>. Outras edificações<sup>7</sup> passaram por incêndio recente (outubro de 2014, segundo informações orais). A edificação nº 09, que abrigava parte do maquinário da antiga fábrica, arruinou-se, deixando o maquinário exposto à ação do tempo, assim como parte dos tijolos integrantes do seu sistema construtivo, ainda passíveis de utilização.

Há vegetação crescida no terreno e no interior de algumas edificações, muito entulho disperso por todo o local, manilhas e calhas enferrujadas, assim como tijolos maciços, muitos deles passíveis de reaproveitamento. Constatou-se a presença de vários objetos e artefatos remanescentes da antiga fábrica dispersos pelo terreno, expostos à ação do tempo.

O conjunto de edificações que integram o imóvel encontram-se em mau estado de conservação. Alguns galpões apresentam pilares desestabilizados, colocando em risco a integridade de toda a construção. A cobertura das edificações encontra-se bastante comprometida, com telhas quebradas, deslocadas ou faltantes, engradamento danificado e calhas enferrujadas. As alvenarias apresentam descolamento do reboco, fissuras, trincas e sujidades. As esquadrias estão enferrujadas e com os vidros quebrados.



Figuras 34 e 35 - Equipamentos remanescentes da extinta Cerâmica São Pinheiro. Fotos da vistoria



Figuras 236 e 37 - Equipamentos remanescentes da extinta Cerâmica São Pinheiro. Fotos da vistoria.

<sup>6</sup> Edificação nº 08.

<sup>7</sup> Edificações nºs 03 e 04, as que se encontram mais próximas da via pública.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 38 e 39- Galpão utilizado como depósito de pneus e edificação recentemente incendiada na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.



Figuras 40 e 41- Mau estado de conservação das edificações na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 42 e 43- Mau estado de conservação das edificações na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.



Figuras 44 e 45- Entulhos e vegetação nas edificações na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Verificou-se que os fornos que integram o conjunto industrial da Cerâmica João Pinheiro, estão, de modo geral, bem preservados. Alguns apresentam tijolos deslocados, integrantes do sistema estrutural, o que pode comprometer a estabilidade de toda a estrutura. A vegetação existente no entorno destas estruturas dificulta o acesso a elas, promove acúmulo de umidade junto à base, bem como compromete sua visibilidade no conjunto.



Figura 46 – Foto externa de um dos fornos existentes na Cerâmica João Pinheiro. Foto da vistoria.



Figura 47 e 48- Fotos externas dos fornos existentes na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 49 e 50- Detalhes externos dos fornos existentes na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.



Figuras 51 e 52- Fotos internas dos fornos existentes na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.



Figuras 53 e 54- Detalhe da cobertura em cúpula e do piso dos fornos existentes na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Na data da vistoria, visitou-se também o antigo Solar do Tinoco, onde funciona o Museu Casa João Pinheiro, bem tombado em nível estadual. No museu estão armazenadas algumas formas de madeira utilizadas para moldar os tijolos na Cerâmica João Pinheiro. Em exposição, podem ser encontradas peças produzidas na Cerâmica.



Figuras 55, 56, 57 e 58- Museu Casa João Pinheiro e peças relacionadas à produção na Cerâmica. Fotos da vistoria.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 59 e 60- Peças produzidas na Cerâmica João Pinheiro. Fotos da vistoria.



Figuras 61- Fotografia da exposição da qual Cerâmica João Pinheiro participou em 1908. Assinalada a peça que se encontra atualmente no Museu Casa João Pinheiro. Fonte: Dossiê de Tombamento da Cerâmica João Pinheiro.

A Lei Municipal nº 2.894/2014, de 10 de dezembro de 2014, autorizou o Executivo a proceder a cessão do imóvel da Cerâmica João Pinheiro ao Grupo G6+ Turismo e Cultura Ltda-ME, pelo prazo de 15 anos. Esta lei estabelece que:

Art. 3º- A cessionária se compromete:

[...]

II- A fazer bom uso do bem a ser cedido, e observar a preservação do patrimônio histórico e cultural, desenvolvendo suas atividades de acordo com os parâmetros legais.

Art. 4º- Em contrapartida a presente cessão de uso, a cessionária deverá proceder, às suas expensas:

I- A restauração, reforma e revitalização do imóvel ora cedido;

[...]

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Em 08 de abril de 2015, foi encaminhado à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caeté, o pré-projeto para recuperação da Cerâmica João Pinheiro<sup>8</sup>. A empresa G6 informou que é formada por um grupo de empreendedores que atuam na região denominada Entre Serras: da Piedade ao Caraça, que engloba as cidades de Barão de Cocais, Caeté, Catas Altas e Santa Bárbara. Informou também que o objetivo do grupo é desenvolver, promover e gerir produtos e serviços que desenvolva a região através do turismo. Informou ainda que a tramitação do projeto encaminhado já foi aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo e pela Câmara Municipal de Caeté.

O pré-projeto relativo à Cerâmica João Pinheiro apresentado pelo grupo G6 Negócios em Turismo e Cultura, denominado “Universidade do Barro”, propõe intervenções em várias edificações integrantes do conjunto da antiga fábrica, revitalizando o espaço, com criação de receptivo, espaços para eventos e convenções, espaço gourmet, museus, dentre outros. Foi aprovado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caeté em 16/05/2014 com a ressalva de que a ambiência e as características predominantes do conjunto sejam preservadas.

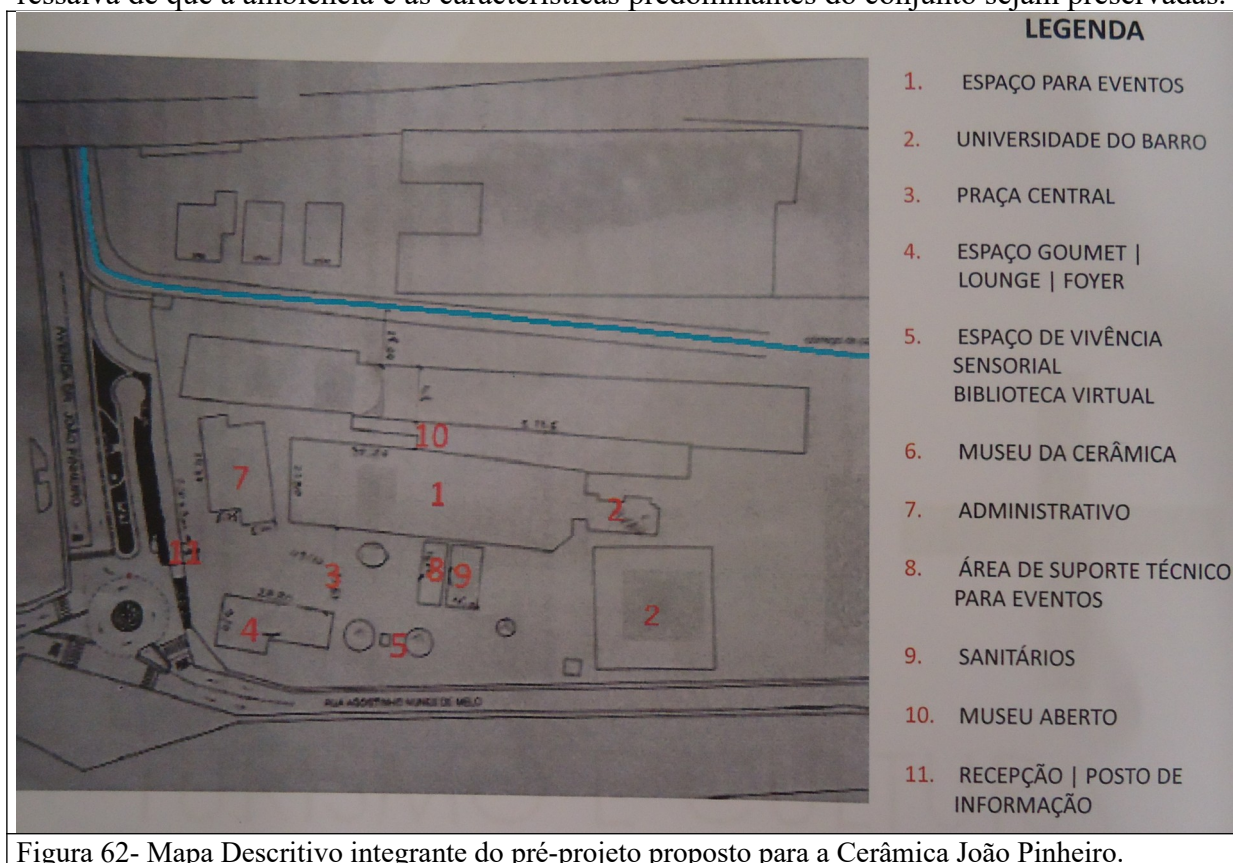


Figura 62- Mapa Descritivo integrante do pré-projeto proposto para a Cerâmica João Pinheiro.

<sup>8</sup> Ofício nº 222/15, datado de 08 de abril de 2015.



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 63 e 64 – Imagens ilustrativas do pré-projeto apresentado para a Cerâmica João Pinheiro.

### 5- FUNDAMENTAÇÃO

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

Nos últimos anos, as políticas e práticas desenvolvidas na área de preservação vêm adquirindo nova abrangência. O enfoque dado anteriormente apenas aos monumentos considerados de excepcional valor histórico, arquitetônico ou artístico amplia-se ao adotar o conceito de “patrimônio cultural” estendendo-se à memória social da coletividade.

As Cartas Patrimoniais têm sido utilizadas como instrumento de políticas de conservação, uniformizando os conceitos utilizados na preservação do patrimônio cultural, tombado ou não.

A Carta de Atenas (1931) recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Ponto fundamental levantado é a definição do patrimônio na sua relação com o espaço, a paisagem e a trama urbana, definindo a importância do edifício e do conjunto arquitetônico onde se insere o objeto.

A Carta de Veneza (1964), referência conceitual das políticas de preservação e documento de recomendações internacionais de conservação e manutenção dos bens culturais, deixa registrado em seu artigo 3º que “conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”. Enfatiza que a “conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente”, enfatizando a integridade do bem como valor patrimonial e defendendo a intervenção mínima nos bens culturais.

A Declaração de Amsterdã (1975) sistematizou os princípios da conservação integrada quando registrou que a “conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial”. As ações de reabilitação devem ser concebidas e realizadas de forma que todas as camadas da sociedade sejam beneficiadas, que medidas legislativas e administrativas sejam eficazes e incentivos fiscais sejam concedidos, além de ajuda financeira aos poderes locais e aos proprietários particulares.

Porém, mesmo com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, ainda há grande dificuldade de reconhecimento do valor cultural de edifícios que integram o patrimônio

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

industrial. Além disso, como as áreas industriais são, geralmente, situadas em posições estratégicas e dotadas de ampla infraestrutura, possuem elevado potencial especulativo que reside no valor imobiliário dos terrenos<sup>9</sup>. Desse modo, os vestígios da industrialização costumam ser destruídos de forma rápida e irreversível.

Segundo a Carta de Nizhny Tagil<sup>10</sup>:

El patrimonio industrial se compone de los restos de la cultura industrial que poseen un valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico o científico. Estos restos consisten en edificios y maquinaria, talleres, molinos y fábricas, minas y sitios para procesar y refinar, almacenes y depósitos, lugares donde se genera, se transmite y se usa energía, medios de transporte y toda su infraestructura, así como los sitios donde se desarrollan las actividades sociales relacionadas con la industria, tales como la vivienda, el culto religioso o la educación.

No que se refere aos valores do patrimônio cultural, a Carta acima mencionada coloca que:

I. El patrimonio industrial es la evidencia de actividades que han tenido, y aún tienen, profundas consecuencias históricas. Los motivos para proteger el patrimonio industrial se basan en el valor universal de esta evidencia, más que en la singularidad de sitios peculiares.

II. El patrimonio industrial tiene un valor social como parte del registro de vidas de hombres y mujeres corrientes, y como tal, proporciona un importante sentimiento de identidad. Posee un valor tecnológico y científico en la historia de la producción, la ingeniería, la construcción, y puede tener un valor estético considerable por la calidad de su arquitectura, diseño o planificación.

III. Estos valores son intrínsecos del mismo sitio, de su entramado, de sus componentes, de su maquinaria y de su funcionamiento, en el paisaje industrial, en la documentación escrita, y también en los registros intangibles de la industria almacenados en los recuerdos y las costumbres de las personas.

[...]

Portanto, preservar e interpretar os lugares e as paisagens industriais é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas seus valores culturais, simbólicos, sua representatividade técnica e social.

É preciso considerar que o estudo dos vestígios industriais ultrapassa sua dimensão material, estando diretamente relacionado ao universo das relações sociais, na medida em que envolve não apenas o capital, mas, sobretudo, o trabalho. O trecho seguinte chama a atenção para a necessidade de valorização da memória operária:

Nos processos de valorização e revitalização desses locais se tornou recorrente a transformação dos mesmos em espaços culturais tais como museus, por exemplo. Estimulados pelo crescente turismo de natureza cultural, os agentes patrimoniais utilizam-se de vários recursos para tornar a estética industrial mais atrativa ao visitante, reproduzindo sob efeitos cênicos, os processos operacionais

<sup>9</sup> <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15664/17238>. Acesso 28-11-2014.

<sup>10</sup> CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), Julho 2003.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

do objeto patrimonializado. Essa transformação geralmente oculta ou dissimula aqueles traços que evocariam os sinais de sofrimento inerentes a alguns processos produtivos. Tal é o caso, a título de exemplificação, dos processos produtivos relacionados à mineração. Em sua expressão patrimonial não transparece o perigo nem os sentimentos de medo e insegurança que caracterizam essa atividade<sup>11</sup>.

Portanto, é fundamental que a patrimonialização dos bens industriais seja acompanhada de pesquisas relativas à memória dos trabalhadores, que são os verdadeiros protagonistas no processo de produção. Devem ser previstos espaços dedicados ao cotidiano operário, visando ao fortalecimento de laços identitários da comunidade com o patrimônio cultural.

Uma cidade como Caeté já passou por significativas alterações na sua paisagem urbana, evidenciando que a cidade é viva, em constante transformação, e que segue a dinâmica de seu tempo de sua gente.

No entanto, muitas vezes as transformações pelas quais as cidades passam são norteadas por um entendimento equivocado da palavra progresso. Muitas edificações são demolidas, praças são alteradas, ruas são alargadas sem se levar em conta às ligações afetivas da memória desses lugares com a população da cidade, ou seja, sua identidade.

O direito à cidade, à qualidade de vida, não pode estar apenas ligado às necessidades estruturais, mas também às necessidades culturais da coletividade. Assim, a preservação do patrimônio cultural não está envolvida em um saudosismo, muito menos tem a intenção de “congelar” a cidade, ao contrário, esta ação vai no sentido de garantir que a população através de seus símbolos possa continuar ligando o seu passado a seu presente e assim exercer seu direito à memória, à identidade, à cidadania.<sup>12</sup>

### Exemplos de projetos de requalificação do patrimônio industrial<sup>13</sup>:

A perda do uso industrial provoca o abandono e, não raro, a demolição de edificações, que se tornam verdadeiros “elefantes brancos” nas cidades.

No entanto, tem sido cada vez mais comum a implantação de projetos de requalificação voltados para agregar valor ao patrimônio industrial. No Brasil, já podem ser identificados vários exemplos de viabilidade econômica para edificações industriais, que corriam risco de perda iminente. Muitos bens foram objeto de adaptações para mudança de uso, e, conseqüente, revalorização dos espaços. Edificações industriais abandonadas sofreram intervenções e passaram a funcionar como escritórios, restaurantes, mercados, habitações, hotéis, centros culturais e esportivos, dentre outros.

É possível requalificar espaços que tenham significância cultural, sem se perder a identidade original do lugar. O conhecimento e a compreensão das edificações e dos espaços, do ponto de vista histórico e artístico, proporcionam a possibilidade de uma intervenção cuja criação seja mais livre e criativa.

<sup>11</sup> <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23>. Acesso em 28-11-2014.

<sup>12</sup> BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. Texto In: ARANTES, Antônio A. Produzindo o Passado. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

<sup>13</sup> <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15664/17238>. Acesso em 05-12-2014.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Na capital paulista, por exemplo, diversos conjuntos fabris passaram por intervenções e tiveram seu uso alterado, adaptando a novas realidades:

- 1) Antiga fábrica da Alpargatas que foi adaptada para sediar um campus universitário.
- 2) O Tendal da Lapa passou a ser utilizado como subprefeitura da Lapa.
- 3) O antigo Matadouro da Vila Mariana foi transformado em Cinemateca.
- 4) A Casa das Caldeiras do conjunto das Indústrias Francisco Matarazzo foi adaptada para um espaço de eventos.
- 5) O antigo Moinho Minetti Gambá, onde parte das edificações foram adaptadas para casa de shows.
- 6) Cotonifício Crespi na Mooca, onde parte das edificações foram convertidas em hipermercado.



Figura 65- Parte das instalações do Cotonifício Crespi, transformado em hipermercado. Fonte: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15664/17238>. Acesso em 05-12-2014.

- 7) O SESC Pompeia que foi uma das intervenções pioneiras na cidade, em que remanescentes industriais foram adaptados a um programa cultural.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

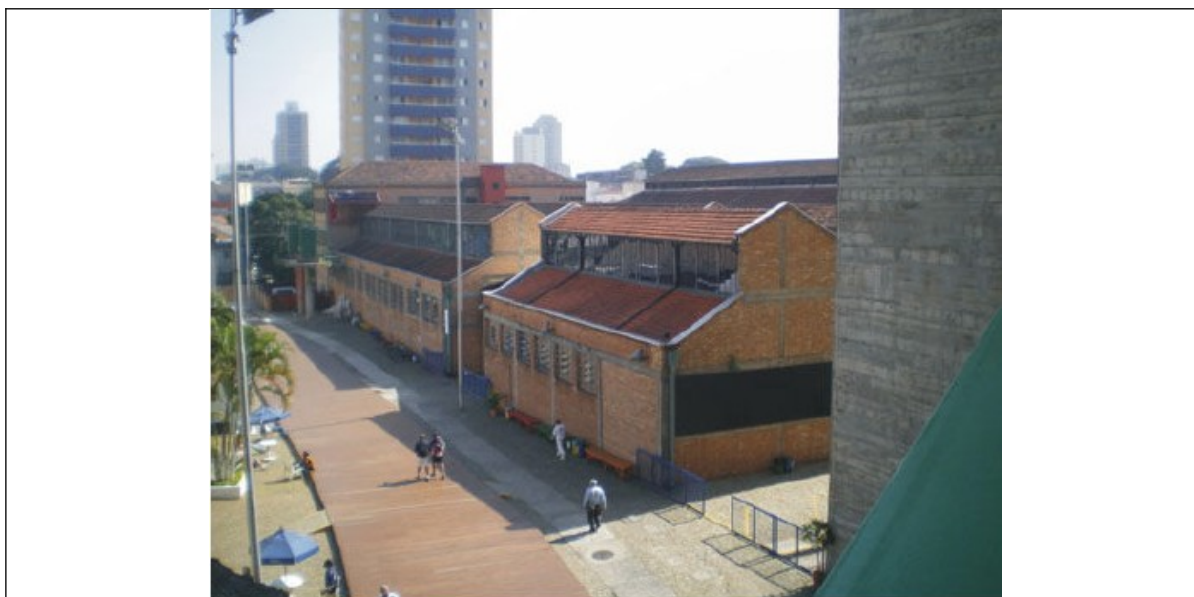


Figura 66- Parte das instalações do Cottonificio Crespi, transformado em hipermercado. Fonte: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15664/17238>. Acesso em 05-12-2014.

Como exemplo de musealização de espaços industriais, pode ser citado o Complexo da Figueira, também em São Paulo. Parte das estruturas do edifício foi destinada a um espaço de exposição, dedicado à história da utilização do gás na cidade. As visitas são abertas para estudantes e para o público em geral.



Figuras 67 e 68- Fachada da antiga sede da Comgás e antiga estrutura do balão de armazenamento de gás, preservados em São Paulo. Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL305531-5605,00-RESTAURADA+ANTIGA+SEDE+DA+COMGAS+SERÁ+ABERTA+PARA+VISITACAO+EM+SP.html>. Acesso 05-12-2014.

Ainda em São Paulo, há exemplos de remanescentes industriais, com parte de suas edificações protegidas, que passaram por adaptações decorrentes do avanço tecnológico, e continuam mantendo uso industrial. Podem ser destacadas:

- 1) Fábrica Goodyear, antiga Fábrica Maria Zélia.
- 2) Saint –Gobain, antiga Vidraria Santa Marina.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

3) Companhia Melhoramentos de São Paulo que teve uso fabril até os primeiros meses de 2008.

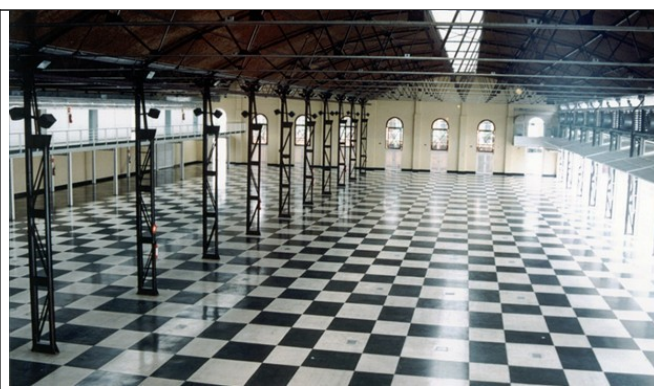


FIGURA 05 - Conjunto das edificações da Saint - Gobain, antiga Vidraria Santa Marina. Remanescentes tombados: Torre de energia; duas chaminés (fornos 5 e 20) e dois edifícios (Amazonas e São Paulo). Resolução de Tombamento 05/09. Fotografia: Angela Rösch Rodrigues, 2008.

Figura 69- Conjunto de edificações da Saint-Gobain, antiga Vidraria Santa Marina, com estruturas tombadas. Fonte: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15664/17238>. Acesso em 05-12-2014.

Também no estado de São Paulo, pode ser destacado o caso da Empresa Brasital na cidade de Salto. A partir de 1995, o complexo da antiga Brasital, de 60 mil m<sup>2</sup>, ficou abandonado por cinco anos até ser adquirido pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP), uma Instituição Particular de Nível Superior, com sede em Itu. Os prédios históricos passaram por um processo de requalificação e atraem grande fluxo de estudantes vindos de cidades vizinhas<sup>14</sup>.

Em Belo Horizonte, pode-se destacar o caso da Serraria Souza Pinto, antiga Serraria e Carpintaria, que após restauração, utilizando recursos advindos da Lei Federal de Incentivo a Cultura, se tornou um centro de eventos culturais, de lazer e de negócios, inaugurado em 29/04/1997.



Figuras 70 e 74 – Serraria Souza Pinto. Fonte: <http://fcs.mg.gov.br/espacos-culturais/serraria-souza-pinto/>.

<sup>14</sup> <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Elo%EDsa%20Dezen-Kempter.pdf>. Acesso em 05-12-2014.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Os estudos de casos mostram que as ações de requalificação de áreas industriais abandonadas ou degradadas são uma solução inteligente e economicamente viável, além de ser um fator de resgate das referências locais da população de origem. Este resgate traz à tona a noção de pertencimento, pode gerar renda e inserção social, melhora a autoestima da e contribui para a diminuição dos índices de violência. Em consequência, a apropriação do bem cultural pelos moradores e usuários contribui para sua melhor conservação.

Citaremos abaixo alguns trechos da Lei nº 2.496/07, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Caeté/mg e dá outras providências:

Art.3º- O Plano Diretor rege-se pelos seguintes princípios:

X - proteção e recuperação de patrimônios arquitetônicos, culturais e naturais;

Art. 6º - São diretrizes da política municipal:

VI – a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e urbanístico;

Art. 16 - São objetivos para a arte e a cultura:

I - pesquisar, identificar, resgatar e preservar a identidade e a memória do patrimônio cultural material e imaterial;

II - promover esforços para restaurar e conservar o patrimônio inventariado e tombado pelo Município;

Art. 17 - São diretrizes para a arte e a cultura:

I - utilização do ICMS cultural obtido pelo Município para atingir os objetivos definidos por este Plano Diretor;

II - elaboração de projetos de identificação e diagnósticos dos bens materiais e imateriais;

V - criação de convênios e parcerias público/privadas para restauração e conservação do patrimônio histórico inventariado e tombado pelo Município;

Art. 25 - São ações estratégicas da política educacional do Município:

XII - promover a inserção de temas relativos ao patrimônio cultural, natural e relações étnico-raciais dentro do conteúdo curricular de ensino fundamental, de forma transversal;

Art. 62 - São objetivos para o patrimônio histórico e cultural:

I - promover a inclusão da cultura e do patrimônio no planejamento do espaço urbano;

II - valorizar e preservar os bens arquitetônicos;

III - conscientizar a população da importância do patrimônio histórico e cultural do Município como fonte de desenvolvimento humano;

IV - fomentar a criação de espaços culturais que integrem a cultura ao cotidiano das pessoas como fonte de melhoria da qualidade de vida.

Art. 63 - São diretrizes para o patrimônio histórico e cultural:

I - elaborar estudo para identificar o maior número de edificações históricas dentro de um mesmo território;

II - elaborar um estudo de identificação e de impacto do crescimento urbano nas áreas de concentração de patrimônio histórico e elaboração de ações corretivas quando necessário;

III - divulgar e disponibilizar informações para a população sobre o patrimônio histórico e cultural do Município;

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- IV - criar leis de isenção fiscal para proprietários de bens tombados;
- V - implantar banco de dados para divulgação do Inventário do Patrimônio e do Acervo Cultural;
- VI - elaborar projetos de restauração dos bens tombados;
- VII - elaborar projetos de revitalização do patrimônio histórico;
- VIII - proteger o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do Município;
- IX - desenvolver pesquisas que identifiquem marcos e espaços que referenciem a vida cotidiana na percepção dos moradores, integrando-os ao patrimônio cultural da cidade;
- X - articular a instalação de infra-estrutura e a política de preservação da memória e do patrimônio cultural, protegendo as edificações e conjuntos de interesse histórico, artístico, paisagístico e cultural e os cenários onde se inserem;
- XI - estimular a preservação dos bens protegidos, coibindo sua degradação e destruição.

### **Art. 35 - São ações estratégicas para a cultura:**

#### **I - Utilização da Cerâmica João Pinheiro, como espaço físico destinado ao centro cultural, artístico, de entretenimento, gastronômico e de lazer;**

Art. 64 - São ações estratégicas para o patrimônio histórico e cultural:

- I - criar centro cultural, artístico, de entretenimento, gastronômico e de lazer, como fonte de fomento do desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental;
- II - criar o Projeto Educação Patrimonial, direcionado às escolas do ensino fundamental para estimular a proteção e preservação do patrimônio cultural do Município;
- III - revitalizar o edifício da antiga biblioteca de Caeté;
- IV - implantar o banco de dados para Divulgação e Inventário do Acervo Cultural;
- V - criar calendário de eventos.

#### **Art. 94 - Lei específica definirá como Áreas de Interesse Turísticos na Macrozona Urbana Consolidada:**

##### **I - Centro Histórico;**

##### **II - Complexo da Cerâmica João Pinheiro;**

## 6- CONCLUSÃO

O conjunto industrial da Cerâmica João Pinheiro guarda a memória de um empreendimento bem sucedido que se estendeu por quase um século na história de Caeté, deixando um legado material e imaterial da vida social e da evolução tecnológica.

Ressalta-se que a preservação do conjunto deve ser objeto de uma política conjunta de preservação entre a Prefeitura Municipal, comunidade e órgãos de preservação do patrimônio cultural. Deverá ser definido o uso futuro desse patrimônio, compatível com as suas características, de modo a compatibilizar o uso ao desenvolvimento das atividades rotineiras, no âmbito do município e da empresa. A preservação é de suma importância para a perpetuação dos bens e uma das formas de preservar é atribuir um uso, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que os bens culturais cumpram sua função social.



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Verifica-se que já há uma proposta de uso para o local, prevendo a revitalização do espaço e propondo uso cultural. A cessão do imóvel já foi autorizada e o pré-projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caeté em 16/05/2014 com a ressalva de que a ambiência e as características predominantes do conjunto sejam preservadas. **Deverá ser desenvolvido o projeto executivo de restauração / revitalização do conjunto por profissionais habilitados e a proposta de utilização dos espaços deverá ser detalhada, para apresentação e aprovação final do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.**

Os critérios de intervenção nos bens culturais que integram este conjunto devem seguir as recomendações das Cartas Internacionais<sup>15</sup>, que servem de base sólida no direcionamento de ações de intervenção em imóveis históricos.

Segundo a Carta de Veneza<sup>16</sup> :

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

**Deve-se buscar a autenticidade, em obediência à Carta de Restauo de 1972<sup>17</sup>**

Uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos. Este princípio deve sempre guiar e condicionar a escolha das operações. No caso de paredes em desaprumo, por exemplo, mesmo quando sugiram a necessidade peremptória de demolição e reconstrução, há que se examinar primeiro a possibilidade de corrigi-los sem substituir a construção original.

**O conhecimento das técnicas construtivas das edificações históricas é fundamental para a escolha dos procedimentos adequados a serem utilizados na conservação/restauração destas edificações. Para a consolidação das estruturas, o procedimento histórico é sempre mais adequado do que o fornecido pelas modernas tecnologias – com raras exceções – pois oferece, de maneira geral, maior compatibilidade com o que é o original. Portanto, para intervenção nas edificações, especialmente nos fornos, o conhecimento adequado do sistema construtivo é fundamental para que se preserve a originalidade da técnica, devendo toda a mão de obra ser especializada no tipo de construção existente.**

**Deve haver participação da população local, que tem o espaço como referência, nos momentos de decisão, através de modalidades de participação autêntica, de forma a garantir a apropriação do espaço e se garantir a plena utilização e conservação do mesmo.**

<sup>15</sup> As cartas internacionais foram desenvolvidas em épocas diferentes com o objetivo de direcionar ações sobre os bens culturais de todo o mundo.

<sup>16</sup> Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, de maio de 1964, elaborada durante o II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos – ICOMOS – Conselho Internacional de monumentos e sítios históricos.

<sup>17</sup> Ministério da Instrução Pública – Governo da Itália – Circular nº 117 de 06 de abril de 1972.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

É fundamental que haja uma integração entre a Cerâmica, bem tombado em nível municipal, e o Museu Casa João Pinheiro, bem tombado em nível estadual, na medida em que a história de ambos está diretamente relacionada.

Considerando que o estudo dos vestígios industriais ultrapassa sua dimensão material, estando diretamente relacionado ao universo das relações sociais, é fundamental que a patrimonialização dos bens industriais seja acompanhada de pesquisas relativas à memória dos trabalhadores, que são os verdadeiros protagonistas no processo de produção. Devem ser previstos espaços dedicados ao cotidiano operário, visando ao fortalecimento de laços identitários da comunidade com o patrimônio cultural.

Entretanto, até que seja concluído o projeto executivo, é necessária a adoção de medidas emergenciais no bem cultural para evitar ocorrência de novos danos. Estes serviços deverão ser realizados por especialista, com desejável acompanhamento do (a) arquiteto (a) responsável pelo projeto de restauração / revitalização:

- Limpeza e capina das áreas externas e internas dos galpões, inclusive com retirada do antigo maquinário, dos bens móveis e outros materiais que se encontram espalhados pelo terreno, que possam ser utilizados quando da restauração do imóvel. Estes bens relacionados à atividade produtiva da Cerâmica João Pinheiro deverão ser depositados em local apropriado até que seja decidida sua destinação final. Deve ser avaliada a proposta de criação de um espaço destinado à exposição destes bens na proposta de novo uso.
- Remoção criteriosa da vegetação presente nos fornos e chaminés, evitando danos aos elementos construtivos originais.
- Escoramento dos pilares e trechos da cobertura que ameaçam ruir, assim como dos trechos da cúpula dos fornos onde há tijolos soltos e / ou deslocados.
- Retirar os animais que utilizam o local como área de permanência e pastagem.
- Promover vigilância constante do local para evitar ações de vandalismo.

#### Também é necessário considerar:

- Estabelecimento de critérios para interpretação/ sinalização dos bens culturais. Devem ser adotadas placas padronizadas e indicativas, em linguagem clara, direta e objetiva, utilizando-se de um conteúdo informativo e educativo. Deve-se atentar ainda para que a sinalização seja adequada à estrutura do local de modo a não interferir na visibilidade ou integridade dos bens culturais.
- Desenvolvimento de ações de educação patrimonial para que a comunidade de Caeté possa adquirir conhecimentos críticos, apropriando-se de modo consciente do seu patrimônio cultural. As medidas de conservação mais eficientes contra a degradação antrópica devem estar pautadas na educação adequada das comunidades das proximidades e na orientação aos turistas que visitam os bens culturais.

## 7- ENCERRAMENTO



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2015.

Neise Mendes Duarte  
Analista do Ministério Público – MAMP 5011

Andréa Lanna Mendes Novais  
Analista do Ministério Público – MAMP 3951  
Arquiteta Urbanista – CAU A 27713-4